

Os Arquivos! ■



O PERÍODO DE CONSTRANGIMENTO ORÇAMENTAL que o país atravessa devido ao plano de resgate internacional que está a ser aplicado poderá condicionar momentaneamente a necessidade de meios, mas os Arquivos, dada a sua natureza, são *organizações em permanente crescimento quer:*

- a) face à sucessiva incorporação de documentos, em cumprimento da lei;
- b) face às novas áreas da constituição e gestão de arquivos eletrónicos na Administração Pública;
- c) face aos fenómenos do incremento diversificado do número de utilizadores.

Neste sentido destaca-se que o presente momento, determinando extinção de organismos e recolha de documentos produzidos por funções do Estado entre tanto extintas, como por exemplo os Governos Cívicos, *aceleram ainda esta característica.*

Em consequência, a sua missão, atribuições e competências, relevam desta nova dimensão, preenchendo lacunas verificadas e conferindo novas funções. Urge evitar o abandono de massas documentais

acumuladas e continuar a desenvolver processos que ultrapassam a mera vertente cultural e ganham outras características vocacionadas para a eficácia e eficiência administrativa.

Assim, o essencial da organização do sistema de arquivos deve incorporar projeções da noção de arquivo voltadas para o séc. XXI e não permanecer num paradigma meramente custodial, passadista, mais em voga no século XVIII.

A este propósito convém referir modelos de apreciação internacional, em particular as próprias orientações do Conselho Internacional de Arquivos que refletem:

- a) Os arquivos, na medida que documentam a atuação dos Governos, constituem um instrumento de primeira linha para a formação de juízos objetivos, por parte dos cidadãos, sobre a transparência da ação governativa, e sobre os graus de salvaguarda, por parte dos governos, dos direitos fundamentais do indivíduo;
- b) O Governo eletrónico, que possibilita maior eficácia administrativa e maior proximidade entre os cidadãos e os respectivos governos, tem de ser suportado por instrumentos tecnológicos e conceptuais,

que garantam a gestão eficaz dos documentos produzidos em ambiente eletrónico;

c) A salvaguarda de documentos, de origem pública ou privada, que testemunhem a vida coletiva, nos seus mais diversificados aspetos, independentemente da forma e/ou suporte de registo, como elementos fundacionais do património arquivístico e cultural de um país¹

A atividade dos arquivos radica primordialmente da atividade administrativa das organizações, de uma forma muito simplista, ultrapassam muito o valor histórico que normalmente lhe está associado

Este facto implica que a sua atividade se inscreve de forma direta na atividade administrativa das organizações de que os arquivos fazem parte integrante ou que a suportam e, por esse facto, a sua atividade aumenta ou diminui de forma intrinsecamente associada ao aumento ou diminuição de atividade dessas mesmas organizações. Por outras palavras, a intensidade de ações desenvolvidas nos arquivos depende em grande parte da própria atividade da administração. É portanto desadequado pretender que os arquivos aumentem ou diminuam a sua intensidade de ação pois esta não depende exclusivamente deles senão e por maioria de força da administração na qual se integram e prestam apoio direto.

Considera-se pertinente afirmar que na actual conjuntura, a atividade da administração aumentou e aumentará muito provavelmente ainda mais, face à necessidade imperiosa de cumprir o plano de resgate internacional que se encontra em curso. Exemplo paradigmático, mas de forma alguma único dessa realidade é a extinção dos governos civis e fusão anunciada de muitos outros organismos da Administração Pública que implica uma pesada movimentação dos seus acervos documentais na qual a DGARQ está diretamente envolvida por força das suas competências.

A previsível fusão e/ou extinção de organismos, apesar das responsabilidades atribuídas pelo anterior PRACE às secretarias-gerais dos diferentes ministérios, comporta mais um elevado risco de contínuo abandono de património arquivístico.

Chamamos a atenção que a DGARQ enquanto organismo da administração direta do Estado, que coordena a política governamental em matéria de arquivos, não pode divorciar a sua atividade da administração por via das suas competências expressas na lei.

Num outro plano de natureza patrimonial, e continuando a utilizar o exemplo dos governos civis, a extinção destes serviços tem igualmente implicações relevantes pois que parte da sua documentação é, por força de lei,

de conservação permanente, devendo o seu destino e salvaguarda ser naturalmente acautelada pela DGARQ, com a necessária articulação com a Secretaria-geral do MAI.

Destacamos ainda uma outra realidade que é a constituição de públicos que têm vindo a emergir nos últimos anos. A estratégia oficial, tanto portuguesa como da Comunidade Europeia, preconizou a aproximação do património aos cidadãos, sendo tal facto concretizado através da utilização massiva de novas tecnologias. No caso da DGARQ esta estratégia tem-se manifestado por várias iniciativas, das quais destacamos a produção e disponibilização de conteúdos – imagens digitais e registos descritivos que têm sido até agora sistemática e crescentemente acessibilizados através da web. Esta prática, tem sedimentado hábitos e expectativas por parte dos utilizadores – portugueses e estrangeiros – dos arquivos dependentes da DGARQ. Hábitos de consulta, investigação e produção de trabalho de forma remota que anteriormente era realizado presencialmente. Expectativas tanto na continuidade desta prática como na da obtenção de mais e inovadores serviços.

Importa portanto ter em conta estes factos para contextualizar o impacto e responsabilidade acrescida de continuar a assegurar a atividade de disponibilizar mais de 9.000.000 de imagens e respetiva informação estruturada, permitindo pesquisas mais eficazes e eficientes.

A capacidade demonstrada para a inovação constante de novos produtos e adaptação às novas realidades organizacionais é inerente à própria função arquivística, ou seja, não é possível um desenvolvimento sustentado sem uma política que valorize os arquivos. Expoente desta afirmação é a necessidade de combinar o desenho dos instrumentos de governo eletrónico com as necessidades de salvaguarda dos documentos produzidos, de forma a garantir os direitos dos cidadãos, assentes em documentos de prova produzidos eletronicamente, mas com características de fidedignidade e autenticidade que só um arquivo eletrónico devidamente organizado e preservado pode garantir.

Em síntese, estas têm sido as linhas de trabalho fundamentais da DGARQ, enquanto organismo de coordenação da política arquivística nacional e a sua principal razão de ser.

¹ In: DGARQ – *Estudo para a revisão sistemática da legislação arquivística portuguesa*, versão 1.0, 2009.

Silvestre Lacerda, diretor

DIREÇÃO GERAL DE ARQUIVOS
ARQUIVO NACIONAL DA TORRE DO TOMBO

Arquivo Distrital de Leiria ■

O ARQUIVO DISTRITAL DE LEIRIA foi um dos primeiros arquivos distritais do país, pelo que é uma instituição quase centenária, com provas dadas ao longo do tempo.

O ano de 2011 está a ser marcado por mudanças a nível de funcionamento interno: com a aposentação, em Maio, do Diretor e, em Setembro, da Diretora em regime de substituição, com 38 anos de carreira nesta instituição. Estas alterações implicam necessariamente o reajustamento do *modus operandi* do serviço.

Apesar das dificuldades inerentes, compete ao ADLRA encarar esta situação como um desafio a superar e desenvolver capacidades para se reajustar e readaptar, efetuando uma reengenharia do processo e, com pragmatismo, continuar a responder de forma inequívoca a todas as solicitações.

A missão do Arquivo Distrital de Leiria é *preservar e valorizar o património arquivístico de interesse histórico da Região, apoiar tecnicamente a organização de arquivos públicos e privados e promover a divulgação cultural e educativa dos arquivos.*

Partindo desta premissa, procuramos definir estratégias que nos permitam cumprir com competência a missão atribuída. Presentemente, o eixo prioritário destes serviços, e seguindo a linha estratégica em matéria de política arquivística da D GARQ, vai para a disponibilização de informação na Web.

O sítio Web, <http://adlra.dgarq.gov.pt/>, passou a estar alojado no servidor da D GARQ, em consonância com o sítio Web dos outros serviços dependentes. Temos procedido, de forma sistematizada, à sua reformulação e atualização em função das necessidades que vão surgindo, quer

a nível interno quer externo, para que funcione como um veículo de comunicação e de interação entre cidadãos e profissionais.

Disponibilizar, facilitar e dar acesso ao património arquivístico de que somos detentores é uma das nossas prioridades. Assim, tem sido feito um trabalho sistemático, quer a nível da descrição arquivística dos documentos, quer da disponibilização das reproduções digitais, utilizando a plataforma DigitArq, que oferece atualmente um volume significativo de recursos informativos em linha.

Como serviço público de âmbito regional compete-lhe, contribuir para a clarificação de uma política de arquivos a nível regional. Desta forma, tem sido prestado serviço de consultoria e apoio técnico a entidades, como o Centro Hospitalar de Caldas da Rainha, o Governo Civil de Leiria e o Instituto Politécnico de Leiria. Também colaborou com a D GARQ nas auditorias realizadas à Direção Regional de Educação do Centro e ao Arquivo Municipal de Ansião.

Um longo caminho já foi percorrido, mas sentimos que temos ainda um grande trajeto pela frente. As atuais necessidades informativas do cidadão que implicam ter a informação disponível na *'ponta dos dedos'*, exigem aos profissionais da informação uma atitude de constante aprendizagem, de forma a participar ativamente na denominada revolução da informação.

Paula Cândido

DIRETORA EM REGIME DE
SUBSTITUIÇÃO

Um percurso...

Reportamo-nos aos anos 70, quando pisámos pela primeira vez o Arquivo Distrital de Leiria, ao tempo a funcionar na cave do edifício da Câmara Municipal, que se via a braços com um conjunto de condições deficitárias, nomeadamente, estantes em madeira onde se acumulavam maços de documentos atados com cordéis esfarrapados, onde as etiquetas caíam de gastas, decrépitas e moribundas. Os instrumentos de pesquisa eram tão só, simples guias de remessa e listas incompletas, que acompanhavam a documentação incorporada e que permitia *milagrosamente* encontrar o documento tão desejado.

Tivemos o privilégio de assistir ao grande salto arquivístico da década de 80, ao tomarmos contacto com a primeira aplicação informática, com as orientações e regras das ISAD, há muito desejadas. Também, o projeto de microfilmagem dos registos paroquiais que percorreu todos os arquivos distritais, veio permitir que hoje se faça a disponibilização *on-line*, de milhares de imagens, levando o arquivo, de forma fácil e rápida ao seu utilizador.

No final de um percurso profissional, sentimo-nos realizados pela possibilidade de termos participado ativamente em todo este processo evolutivo, em que as palavras e os conceitos há muito adormecidos nos Arquivos, puderam finalmente contribuir para conhecermos o passado e obviamente conhecermo-nos a nós próprios.

Ana Bela Vinagre

DIRETORA EM REGIME DE
SUBSTITUIÇÃO (APOSENTADA EM
SETEMBRO)

Os Arquivos do Sistema de Informação para o Património Arquitetónico ■

1. O acervo arquivístico

O acervo de arquivos e coleções arquivísticas que integram o *SIPA* – *Sistema de Informação para o Património Arquitetónico*, recurso de informação e documentação atualmente gerido pelo IHRU, Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana, e sediado no Forte de Sacavém – constitui, porventura, o mais importante repositório analógico e digital de documentação autêntica sobre arquitetura e artes associadas do país. Compõem-no os diversos conjuntos documentais gerados pelos vários serviços e organismos públicos antecessores do IHRU, designadamente a ex-DGEMN Direção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais (1929-2007), bem como mais de duas dezenas de arquivos pessoais e espólios de criadores e agentes do património arquitetónico, urbanístico e paisagístico português dos séculos XX e XXI.

No que respeita ao legado documental da ex – DGEMN, constituem-no múltiplos arquivos e coleções produzidos pelos serviços daquela instituição, bem como por algumas entidades que a antecederam, desde meados do século XIX, ou que, em torno dela funcionaram. Essa documentação testemunha de forma exaustiva a atividade do Estado Português nas áreas da:

- instalação de serviços públicos;
- salvaguarda e valorização de património arquitetónico.

Este acervo conserva, assim, o testemunho de grandes e pequenos empreendimentos públicos dos séculos XIX a XXI, constituindo, por isso, um repositório único e original

da memória e das culturas administrativa, técnico-científica e artística do Estado Português.

2. Os arquivos como componente de um sistema de informação especializada

O *SIPA* resulta da convicção de que a aposta na produção e recolha, processamento e conservação, no acesso e utilização de mais e melhor informação e documentação autêntica sobre património arquitetónico, urbanístico e paisagístico é uma poderosa estratégia para:

- a) melhorar a qualidade do desempenho científico, técnico e administrativo dos gestores e utilizadores desse património, quer ao nível da definição de políticas e estratégias de atuação, quer ao nível do planeamento, execução, controlo e avaliação de intervenções;
- b) reforçar a transparência dos processos decisórios e a responsabilização pública dos vários agentes;
- c) aumentar a consciência pública sobre a qualidade da arquitetura e do ambiente construído e sobre a importância de se proteger o património arquitetónico, urbanístico e paisagístico;
- d) promover a investigação científica e técnica em Arquitetura e em campos disciplinares associados;
- e) encorajar a utilização da informação e documentação sobre Património Arquitetónico, Urbanístico e Paisagístico como recurso educativo e fonte de fruição cultural e turística.

O facto do *SIPA* assentar numa estreita e indissociável relação de cooperação e de interdependência

funcional entre as suas duas componentes principais – a arquivística e a da informação (bases de dados de património arquitetónico, urbanístico e paisagístico) – faz com que os princípios e as estratégias de gestão da componente arquivística sejam um tanto distintos dos que, vulgarmente, são seguidos em serviços arquivísticos «clássicos».

3. A gestão dos arquivos

Do ponto de vista especificamente arquivístico o *SIPA* tem vindo a ser estruturado em três projetos autónomos, a saber:

- Desenhos técnicos;
- Fotografias;
- Arquivos «textuais».

Apesar de independentes do ponto de vista da sua programação e execução no terreno, estes projetos caracterizam-se por uma abordagem teórica e prática comuns, assente em três vertentes essenciais:

- a organização e o tratamento arquivístico;
- a transferência de suporte/digitalização;
- a preservação e conservação material.

O imperativo de difundir toda essa documentação por via eletrónica em associação com outros recursos de informação arquitetónica do *SIPA* (www.monumentos.pt) fez com que os documentos iconográficos (desenhos e fotografias), pela sua riqueza informativa e qualidade de ilustração, fossem os tipos de espécies considerados prioritários para efeitos de tratamento. A necessidade de difundir eletronicamente peças documen-



tais ou partes de documentos com elevado valor informativo implicou que a descrição documental tivesse que ser efetuada ao nível mais baixo da hierarquia documental – ao nível da peça documental (desenho, foto, página) e que fossem desenvolvidos e aplicados critérios de comunicabilidade e acesso a esse mesmo nível de precisão, por forma a acautelar eventuais riscos de disseminação via Internet de documentação que, de alguma forma, pudesse por em risco direitos de terceiros.

A estratégia de descrição de conteúdos documentais utilizada passou pela atribuição do identificador único relativo ao objeto arquitetónico gerado na base de dados de inventário do património arquitetónico ao próprio registo documental e arquivístico elaborado. Assim sendo, os documentos sobre determinado imóvel, não importa o nível da unidade arquivística em que se esteja, passam a poder ser recuperados pelo identificador desse imóvel ou por qualquer outro dos seus atributos, desde que registados no registo arquitetónico, que, relativamente à base de dados de descrição documental, cumpre, assim, a função de registo de auto-

ridade. Paralelamente, todos esses documentos passam igualmente a ser visíveis e acessíveis através desse mesmo recurso informático de arquitetura, para além, obviamente, de o poderem ser através da base de dados documental.

O presente estado de evolução dos diversos projetos arquivísticos no âmbito do SIPA é o seguinte:

Projeto de desenhos técnicos (iniciado em 1996)

- 210,000 desenhos encontram-se microfilmados, digitalizados, pré-tratados arquivisticamente e acessíveis *on-line*, parcialmente através da Internet;
- 100,000 desses desenhos já foram objeto de tratamento arquivístico e de preservação e conservação completo, encontrando-se depositados em adequadas condições ambientais.

Projeto de fotografias (iniciado em 1997)

- 350,000 fotografias encontram-se já digitalizadas, pré-tratadas arquivisticamente e acessíveis *on-line*, parcialmente através da Internet;
- 50,000 dessas fotografias já foram objeto de tratamento arquivístico e

de preservação e conservação completo, encontrando-se depositados em adequadas condições ambientais.

Projeto de «arquivos textuais» (iniciado em 2001)

- 1,600 metros lineares de documentação foram já objeto de tratamento e descrição arquivísticos completos;
- 12,500,000 páginas dessa documentação já foram convertidas para formato digital, processadas por OCR, e acessíveis *on-line*.

O SIPA é considerado um caso de referência internacional pelos especialistas da área do património arquitetónico. Uma das características que lhe confere uma grande vantagem relativamente aos demais reside no facto desse sistema de informação se basear numa solução técnica e tecnológica que, ao permitir e promover a permanente integração entre o estrato da informação e o estrato da documentação autêntica, produz *out-puts* simultaneamente estruturados e de grande profundidade.

Por outro lado, a relação cooperativa existente no contexto do SIPA faz com que os recursos arquivísticos não só sejam tratados em harmonia com as necessidades dos seus utilizadores preferenciais como sejam utilizados por um leque mais alargado e com uma taxa de frequência significativamente mais elevada do que se esses recursos, à semelhança do que sucede na grande maioria dos serviços arquivísticos, fossem acessíveis unicamente pelas vias tradicionais e especializadas de pesquisa e recuperação de material de arquivo.

João Vieira

COORDENADOR DO DEPARTAMENTO
DE INFORMAÇÃO, BIBLIOTECA
E ARQUIVOS
IHRU

Arquivo Paiva Couceiro ■

Foi doado ao Estado Português o Arquivo Pessoal de Henrique Mitchell de Paiva Couceiro (1861-1944), capitão de artilharia, explorador, combatente e administrador colonial, e um dos líderes das tentativas de restauração monárquica, após a implantação da República.

A doação do Arquivo Paiva Couceiro, concretizada pelo neto, Miguel Luiz de Noronha de Paiva Couceiro (Paraty), foi formalizada a 14 de Setembro, em cerimónia pública, realizada no Arquivo Nacional da Torre do Tombo com a presença de muitos familiares e amigos.

O Arquivo Paiva Couceiro, que abarca o período entre 1892 – 1956, é composto por milhares de documentos, em suporte de papel, acondicionados em 40 caixas, que correspondem a cinco metros lineares.

O arquivo é constituído pelos conjuntos documentais que a seguir se apresentam e que respeitam a ordem original da sua criação.

Impressos – monografias, opúsculos e publicações periódicas, relações de livros da autoria de HPC, 1879-1940, sobre a expansão portuguesa, administração pública e colonial, organização militar.

Artigos de imprensa

Inclui artigos sobre a I Guerra Mundial, política portuguesa do séc. XIX, Causa Monárquica e tentativas de reposição de D. Manuel II no trono, política e políticos contemporâneos, conspiradores monárquicos exilados, relações entre Portugal e Espanha, Generalíssimo Franco, José António Primo de Rivera, Hitler, Mussolini, direito de propriedade, religião, tirania, situação em Huíla, Angola, falecimento de José António de Noronha de Paiva Couceiro, manifestos emitidos por figuras republicanas, últimos tempos da monarquia, economia e fomento, caminhos-de-ferro, «Acção Realista» e «Integralismo

© JOSÉ ANTÓNIO SILVA



Lusitano», entrevistas e artigos impressos de diversas personalidades, sobre divergências na condução política da causa monárquica, relações entre monárquicos portugueses e monárquicos de outros países, coleção de artigos da autoria de HPC, a situação internacional da República Portuguesa, «a revolução de 20 de Julho de 1928», assuntos ligados à navegação, fomento e desenvolvimento colonial, presos políticos monárquicos, recorte de imprensa estrangeira, problema agrícola, «Socialismo, Comunismo, Protestantismo, Bolchevismo, Sindicalismo Revolucionário em Espanha, Jansenismo, Agnosticismo, Kantismo», Fascismo, Económicos, Reconstituição Económica da Europa, «Depois da República», «Espanha, 1933-1935».

Pastas temáticas

Inclui: «Políticos» (artigos impressos e correspondência), 1919; «Henrique Paiva Couceiro» (artigos ingleses franceses, portugueses, italianos e espanhóis, sobre a organização militar); «Nação Organizada»; «Internacionais-Paz de Versalhes»; «Nacional-Sindicalismo»; «Espanha-Iberismo»; «Espanha»; «Brasil»; «Constitucional»; «Causa Monárquica»; «Política-Convénio»; «Deputado por Lisboa»; «Diversos» (contendo duas cartas de HPC, uma delas ao Presidente da República, general Carmona, 1941, e Moção apresentada aos Conselhos da Causa Monárquica, Março 1933); «Organização Militar»; «Regime Comercial-1925-1939»; «Igreja-Perseguição»; «Política Portuguesa depois de 1919»; «Acção Política – desde a minha vinda de Madrid (1/1928)»; «Misericórdias, Confrarias, Cooperativas, Instituições Sociais de Assistência, Previdência e Auxílio Mútuo»; «Religião»; «Vários de História»; «Vários-Proclamações, versos, etc.»; «Política-Causa Monárquica-Emigrados em Espanha»; «Militar, 1919-21»; «Acção Realista e programa da Causa Monárquica»; Sucessão Dinástica; «Moral-Bolchevismo Vermelho»; «Nobreza»; «Reforma do Exército-Orientações»; «Japão»; «Restauração de 1640».

Discursos e intervenções (1911-1924)

Inclui discurso de HPC por ocasião do funeral de Ayres d'Ornellas; palestras «São Tomé, Cabo Verde, Timor, Guiné», proferidas na Sociedade de Geografia; Manifesto

de HPC para «Base dos estatutos de uma União Cívica», Junho 1920; dois projetos do «Programa da Causa Monárquica», 1924-02-10 (um da autoria de Ayres d'Ornellas e o outro do Visconde do Banho); «Manifestos de HPC, incluindo documentos sobre a saída de Portugal em incursões», 1911-1937; elogio fúnebre do Dr. António Pereira de Sá Sotomaior, morto em Orense em 1913.

Correspondência

Integrada por cerca de 1500 documentos – 1892-1956.

A correspondência inclui: cartas dos seus oficiais e soldados aprisionados no presídio Gonçalo Aires, carta dos monárquicos de Guimarães, cartas e telegramas de José Sebastião, Menezes, Ruy Vechi Celestino, Conde de Alpendurada, Marino S. Ferreira, Rodrigo de Sousa Pinto, Domingos Pereira, Abel do Amaral, Conde d'Aurora, Joaquim Paes, José Manuel Reis, Alfredo Pimenta, Augusto Pereira de Mello, José de Aguiar Frazão, Rogério Afonso, Sebastião Calheiros, José Duarte Costa (1910-10-20), «Cartas de H.P.C aos Pais», 1892; «Carta de H.P.C. para a Mãe», 1900; cartas de amigos e familiares, incluindo cartas de D. Manuel II e da rainha D. Amélia, correspondência de diversos, sobre assuntos políticos e administrativos; «Correspondência vária» sobre D. Manuel II, o Integralismo, e preparativos para o encontro com D. Miguel, «Cartas de Francisco Xavier Quintella (Chavico)», 1924-1927; correspondência de HPC com António Fiúza – 1937 a 1939; com Amália de Proença Norte, 1936 a 1939; correspondência de e para Henrique de Paiva Couceiro, sobre os acontecimentos da Monarquia do Norte; com personalidades da Causa Monárquica e do Integralismo Lusitano, cartas diversas e recortes de jornais; cartas de HPC em cifra, transcritas.

Memórias e fotografias (1890-1933)

Inclui: fotografias do Curso de Tiro em Vendas Novas, 1906; «Memória acerca de uma Viagem no Rio Zambeze», por Hugo de Lacerda (1910); Álbum das Colónias Portuguesas (Tomos 1 a 7); Coleção de Fotografias, 1890-1933 (c. 60 fotografias de personalidades contemporâneas); «PERFIS CONTEMPORANEOS», 1896 (fotografias do Coronel Rodrigues Galhardo e do Major Mouzinho de Albuquerque).

Escritos políticos e sociais (1892-1930)

Inclui: Proposta de lei para a remodelação do Juízo de Instrução Criminal; caderno com nomes de eventuais



ministros; entrevistas com correspondentes estrangeiros e relações com países estrangeiros, 1919-1921; rascunho de HPC de projeto de decreto «A Causa Monárquica tem em vista»; Notas e reflexões de Paiva Couceiro; Lista de Oficiais da Aviação Portuguesa, com comentários sobre a tendência monárquica ou republicana, Madrid 1920-01-15; «Reflexões sobre El-Rei D. Manuel e a organização da Causa Monárquica», 1930; «Histoire d'un testament d'un poète Portugais, mort à Gênes, à Avó Júlia», 1892; «Já não tens o teu Rei e amigo», 1925.

Textos científicos (1895-1914)

Inclui: Projecto de uma estaca – c. 1901; Notas de engenharia de Paiva Couceiro, 1914, St Jean de Luz; Boletim sobre o Rio Inhampallala com uma litografia de 1895; Reconhecimento e ocupação dos territórios entre o Messangire e os Picos Namuli, pelo Tenente da Armada Portugal Durão; Projecto d'Organização da Aeronáutica Militar, por Romeo de Ávila Duro, alferes aviador (com mapa dos campos de aviação em Portugal e respetiva destinação)

Diários

Inclui: «Exílios – 'Fuero del Trabajo'», s. d.; «Tuy – 1935 à 1936»; «Andaluzia e Canárias», s. d.; «Galiza e Fronteira, 1937 à 1939»; «Exílios», s. d. ; Diário sobre as Incursões (de 26/6/1910 a 1912/08); Pequeno Diário «Viagem a Londres, de 16 de Dezembro de 1911 a 12 de Fevereiro de 1912»; Diário sobre viagens a Londres, para conferências com D. Manuel II; «Diário dos Vencidos», artigos publicados em «Correio da Manhã », de 27/10/1910 a 7/1/1911.

Textos de natureza pessoal

Testamento manuscrito de HPC, «Codicilo», onde dispõe dos seus bens, espadas, bandeiras.

António Frazão

GABINETE DE SALVAGUARDA DO PATRIMÓNIO

O Despertar da «Colegiada de Santa Maria de Oliveira de Guimarães» ■

O PROJETO DE DESCRIÇÃO, digitalização, disponibilização *on-line* e preservação digital da *Colegiada de Santa Maria de Oliveira de Guimarães* é o despertar destes documentos do séc. X-XIX, para uma nova dimensão global. O projeto foi desenvolvido ao abrigo de um Protocolo de colaboração entre a Direção-Geral de Arquivos e o Município de Guimarães no sentido de descrever, conservar, digitalizar e disponibilizar os registos descritivos relativos à Colegiada, bem como os documentos em formato digital. A DGARQ através do Arquivo Nacional da Torre do Tombo, disponibilizará *on-line* toda a informação a partir de 2012, endereço do sítio WEB: <http://digitarq.dgarq.gov.pt/> e o Município de Guimarães, através do Arquivo Municipal Alfredo Pimenta: endereço do sítio WEB <http://www.amap.com.pt/>

A documentação da *Colegiada de Santa Maria de Oliveira de Guimarães* encontrava-se parcelarmente descrita e uma percentagem elevada de documentos necessitou de intervenção prévia de conservação para poder ser manuseada e reproduzida. Nesse sentido, o projeto envolveu quatro componentes técnicas: descrição, preservação/conservação, digitalização e disponibilização *on-line*, articuladas entre si de forma a garantir o acesso a registos normalizados e simultaneamente representações digitais de qualidade, bem como melhorar as condições físicas em que alguns documentos se encontravam, através de uma intervenção e do seu reacondicionamento em materiais e formatos adequados à conservação permanente dos mesmos, tal como a

preservação da sua representação em formato digital.

O trabalho foi desenvolvido por uma equipa multidisciplinar, constituída por especialistas: arquivistas, assistentes técnicos, técnicos de conservação, de digitalização e de informática, que cumpriram as especificações técnicas e os procedimentos normalizados.

A documentação

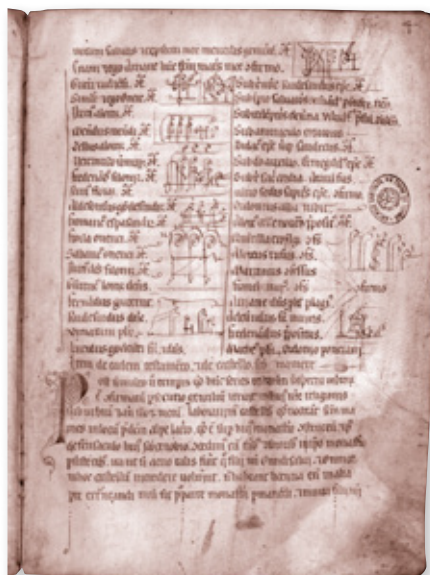
A documentação da *Colegiada de Santa Maria da Oliveira de Guimarães*, que se encontra na Torre do Tombo, tem uma dimensão considerável, entre livros e maços de documentos avulsos. Dos livros, encontra-se entre eles o conhecido *Livro de D. Mumadona*, que contém a cópia de 69 documentos relativos a bens e herdades doados por D. Mumadona Dias, senhora vimaranense viúva do conde Hermenegildo Gonçalves, que doando os seus bens fundou o mosteiro dúplice no séc. X. Este famoso livro deu entrada na

Torre do Tombo pelas mãos de José Manuel da Costa Basto na década de 1860.

Na documentação encontram-se os antigos estatutos da colegiada, documentos de carácter eclesiástico muitos deles referentes a questões de delimitação de poderes entre o prior e o cabido, documentos de origem régia como a concessão e confirmação de privilégios e, outros relativos à administração de bens e propriedades como cartas de escambo, de penhora, de sentença, de aforamento, de empraçamento, de doação, de compra e venda, de partilha, de quitação, de composição, alvarás, mandados de inquirições, testamentos e tombos, entre muitos outros.

Nos 102 maços de documentos, estão reunidos cerca de 4.300 documentos que sofreram diferentes 'arrumações' ao longo da sua existência. Estão patentes as diferentes ordenações do cartório de origem que foram registadas neste trabalho de descrição. Já na Torre do Tombo, esta documentação esteve inicialmente integrada na *Coleção Especial*, que entre os anos de 1938 e 1990 foi sendo desmembrada e a documentação reintegrada nos fundos, respeitando a sua proveniência. Foi assim que se reconstituiu este Fundo e do mesmo modo, se mantêm organizados os maços em documentos régios, eclesiásticos e particulares, de acordo com a sua proveniência.

Dado o volume documental e tempo disponível, a metodologia adotada para a descrição arquivística foi a de rentabilizar os recursos disponíveis, ou seja, utilizar as descrições existentes, tanto nas cadernetas como no verso dos próprios



«Livro de D. Mumadona», [post. 1115]
TT, Col. St.ª M.ª de Oliveira de Guimarães, liv. 1

documentos (quando presente), desenvolvendo-as e adaptando-as às *Orientações para a descrição arquivística*. Prevê-se a conclusão deste trabalho em final de 2011.

A conservação

Este projeto exigiu, numa primeira fase, a avaliação do estado de conservação da documentação, tarefa iniciada em fevereiro de 2011 pela Divisão de Conservação e Restauro, (DCR) do ANTT. O objetivo era analisar a possibilidade de efetuar a digitalização com a máxima qualidade e em segurança para os documentos.

Estes pressupostos implicam que o estado de conservação da documentação possibilite a captura de imagem sem perda de conteúdo e que o seu manuseamento não coloque em risco a estabilidade física dos documentos. Assim, a seleção dos documentos a intervir foi feita tendo em consideração a estabilidade física do suporte e elementos agregados, e ainda a existência de «patologias» que inviabilizassem ou perturbassem a captura de imagem do conteúdo dos documentos.

Foram analisados todos os documentos pertencentes ao Fundo da Colegiada de Guimarães e constatou-se que na sua maioria se tratava de documentação em suporte pergaminho, de dimensões variadas. É de referir também a existência de alguns selos pendentes nos documentos eclesiásticos e régios.

Relativamente ao tipo de intervenção optou-se por realizar tratamentos mínimos, tanto nos documentos em papel como nos de pergaminho. A estes últimos foi feita limpeza, humedecimento, planificação e em certos casos pequenas consolidações do suporte e de alguns selos. Nos documentos de suporte em papel foi realizada limpeza, consolidação de zonas fragilizadas e planificação, optando

TT, Col. St.^a M.^a de Oliveira de Guimarães, Doc. Eclesiásticos, mc. 3, n.º 22

Documento em pergaminho com selos pendentes · Antes e depois da intervenção de conservação



Documento muito fragilizado com selo pendente fragmentado



Documento consolidado e planificado selo pendente consolidado e protegido pelo novo acondicionamento

também por procedimentos de intervenção mínimos e reversíveis.

Deste Fundo, foram seleccionados e intervidos 706 documentos em ambos os suportes, optando-se por executar um novo acondicionamento em capilhas de cartolina neutra, com base rígida e protetora para o documento. Este fica seguro com tiras de poliéster e no caso de presença de selos pendentes, estes são acondicionados e protegidos em espuma.

Com este projeto foi possível garantir a estabilização física de um conjunto significativo de documentos de um importante fundo do ANTT.

As imagens que ilustram o texto pertencem a um documento da Colegiada, em pergaminho, com selos pendentes, que foi avaliado e identificado como estando em mau estado de conservação. Devido à fragilidade do suporte, com extensos cortes e rasgos, o seu manuseamento era muito arriscado. A necessária intervenção, prévia à sua digitalização, incluiu limpeza, humedecimento, planificação e consolidação de rasgos. Foi também consolidado um dos selos pendentes que se encontrava partido e finalmente executado um acondicionamento protetor para o conjunto de todos os elementos constituintes do documento.

A digitalização e disponibilização

A documentação da Colegiada é constituída maioritariamente por

documentos em papel, mas em frágil estado de conservação e documentos em pergaminho de «difícil manuseamento» por se apresentarem dobrados, enrolados, com selos pendentes e outros de formatos irregulares.

O processo de digitalização exigiu assim, a intervenção prévia do Serviço de Conservação, e a aplicação de especificações técnicas rigorosas e controladas, a fim de garantir o manuseamento em segurança, bem como a qualidade das imagens matrizes produzidas, e cujo objetivo foi o de garantir a integridade, autenticidade e a preservação a longo prazo.

O número global de imagens realizadas foi de 17.377, as quais ocupam 674 Gb de espaço em servidor.

As imagens após a captura foram objeto de controlo de qualidade, armazenamento em servidor de conservação permanente e encontram-se em processo de integração na base de dados e disponibilização *on-line*, cuja conclusão está prevista para o final de 2011.

Anabela Ribeiro

DIVISÃO DE GESTÃO DE PROJETOS

Joana Braga

DIVISÃO DE AQUISIÇÕES E TRATAMENTO ARQUIVÍSTICO

Teresa Catarina Figueiredo

DIVISÃO DE CONSERVAÇÃO E RESTAURO

Agência Geral do Ultramar: a Língua Comum como identificadora de imagens ■

O FUNDO AGÊNCIA GERAL do Ultramar, tal como hoje existe na Torre do Tombo, é constituído apenas por uma parcela do seu conjunto fotográfico original. Nem por isso, todavia, deixou de despertar grande interesse, quer da parte do público que frequentemente consulta e utiliza as diversas imagens disponíveis, quer da parte da própria instituição detentora, que viu nesse acervo uma demonstração privilegiada da identidade de Portugal no Mundo, na medida em que reproduz um diálogo em português, ilustrado com imagens, sobre o património cultural de muitas nacionalidades que integram a Comunidade dos Países de Língua Portuguesa – CPLP.

Com esta inspiração, a partir de Março de 2011, iniciaram-se trabalhos simultâneos de descrição arquivística e de conservação material do referido fundo, que se encontram em curso e serão aqui abordados. O universo que irão abranger diz respeito a cerca de duas mil provas fotográficas. O âmbito cronológico predominante da produção situa-se na 1.ª metade do século XX, e a organização é geográfica, referente às antigas *colónias portuguesas*.

No que se refere à vertente arquivística, o objetivo a que nos comprometemos foi, primeiramente, o de organizar uma documentação até então confusa, passando depois à identificação dos documentos nas respetivas séries e recuperando a correta sequência numérica a que obedeciam originalmente. Os assuntos retratados pelas fotografias da *Agência Geral do Ultramar* são os mais variados, indiciando a preocupação daquele organismo em registar visualmente os mínimos aspetos das então *colónias portuguesas*.



PT/TT/AGU/001/023104

Nos cartões, e por vezes no verso das fotografias avulsas, foram manuscritas as legendas em português que, entre outros méritos, buscam traduzir uma plêiade de realidades exóticas, restituindo por vezes palavras de um vocabulário específico e esquecido, de uso mais africano ou mais asiático, mas que só enriquece a nossa língua comum. Infelizmente nem sempre a caligrafia é suficientemente clara ou livre de erros ortográficos, ocorrendo ainda, com incidência maior do que a desejável, perda de parte das legendas, pois grande quantidade de cartões foi cortada na origem, geralmente de modo abrupto.

No que respeita aos trabalhos de preservação, estão a ser registados o estado de conservação dos materiais constituintes, bem como os tratamentos efetuados, na base de dados DigitArq.

Até ao momento, constata-se que a conservação dessas provas é razoável. As deteriorações mais relevantes nos cartões são o encurvamento da periferia, poeiras, *foxing*, sendo tam-

bém detetados alguns casos de terra seca, provavelmente proveniente de alguma inundação a que estes materiais estiveram sujeitos. Identificam-se sobretudo os danos provocados pelo deficiente manuseamento das provas, nomeadamente dedadas, riscos, descolagem dos cantos e zonas periféricas; ao nível das imagens referenciam-se o amarelecimento e o desvanecimento e o espelho de prata nas provas em papel.

Delinearam-se as intervenções necessárias com o objetivo de preservar os materiais constituintes, oferecendo-lhes uma maior longevidade. Estão a ser desenvolvidos os tratamentos de limpeza mecânica, com borracha vinílica e trincha suave. Sempre que a limpeza mecânica não se manifesta suficiente, recorre-se à limpeza química, com uma solução de água destilada e álcool etílico. Também a consolidação de rasgões dos suportes, bem como a descolagem das provas estão a ser efetuados em casos necessários. Os acondicionamentos selecionados, para este acervo são os envelopes individuais em 4 abas e as caixas em cartão, ambos *acid-free* e executados à medida das espécies fotográficas.

Todas as ações implementadas neste projeto, além de permitirem a preservação destes materiais, irão facilitar a próxima etapa, a saber, a digitalização e posterior disponibilização *on-line*.

Céu Filipe

DIVISÃO DE AQUISIÇÕES E
TRATAMENTO ARQUIVÍSTICO

Carla Lobo

DIVISÃO DE CONSERVAÇÃO
E RESTAURO

A Participação da DGARQ no 7.º Seminário Internacional de Arquivos de Tradição Ibérica ■

DECORREU NO RIO DE JANEIRO, entre 27 de junho e 1 de julho, o 7.º Seminário Internacional de Arquivos de Tradição Ibérica (SIATI). Subordinado ao tema geral *Funções Arquivísticas e Preservação Documental*, o que permitiu que fosse explorado um vasto conjunto de problemáticas específicas: utilização e utilizadores de arquivos, acesso à informação e direitos humanos, gestão e preservação de documentos digitais, infra-estruturas e conservação de arquivos, normalização e intercâmbio de dados, cooperação internacional e, ainda, ensino, produção e difusão do conhecimento arquivístico.

A DGARQ assegurou uma forte participação portuguesa com quatro comunicações e uma oficina, aproveitando para divulgar alguns projetos e práticas nacionais que suscitaram genuíno interesse na comunidade ibero-americana.

Silvestre Lacerda abordou o tema da cooperação internacional, particularmente em matéria de acesso ao património arquivístico comum. Reportou alguns projetos de cooperação no âmbito da CPLP – Comunidade de Países de Língua Portuguesa, nomeadamente com Angola, Brasil, Cabo Verde, Moçambique e São Tomé e Príncipe; sublinhou o papel do Iberarchivos – Programa ADAI, e do Programa Memória do Mundo da UNESCO; e destacou a iniciativa do Portal Português de Arquivos enquanto estrutura agregadora do acesso à informação de arquivo da CPLP, capaz de projetar uma disseminação internacional mais alargada, nome-

adamente pela sua articulação com as redes de informação EUROPEANA e APENET.

Francisco Barbedo tratou o tema da padronização e normalização de tecnologias e soluções tecnológicas, produzindo uma reflexão de cariz sociológico sobre a necessidade de se estabelecerem plataformas ou linguagens comuns, sobre o processo de elaboração das normas e sobre os fatores que condicionam, limitam ou determinam o sucesso de uma norma, concluindo com um breve estudo de caso sobre formatos abertos no governo/administração portuguesa. Foi, ainda, Francisco Barbedo que assegurou a oficina que, ao longo de um dia, permitiu aos interessados uma detalhada aproximação ao sistema de preservação digital desenvolvido pela DGARQ (RODA).

Lurdes Henriques fez uma apresentação do serviço educativo no Arquivo Nacional da Torre do Tombo, <http://dgarq.gov.pt/cooperacao-e-relacoes-externas/servico-educativo/> ilustrando-a com casos que revelam a sua dupla vertente: uma predominantemente orientada para a divulgação do património, através da realização de exposições e/ou mostras documentais mediadas para diferentes públicos-alvo e outra com uma dimensão mais didática, vocacionada para o enriquecimento dos planos curriculares para diferentes níveis de ensino, através da oferta de visitas orientadas e planeadas em articulação com os professores e tendo por base as matérias pro-

gramáticas de disciplinas como a Língua Portuguesa, a História e outras.

Cecília Henriques focou o tema da gestão de documentos digitais, centrando-se no contributo dos arquivistas para potenciar a interoperabilidade semântica no quadro das políticas de governo eletrónico. Apresentou o projeto *Macroestrutura Funcional para a Administração Central do Estado* (MEF), ainda em desenvolvimento, sistematizando as motivações que levaram a DGARQ a lançar o projeto, os principais problemas/soluções encontrados nas fases de conceção e de desenvolvimento dos trabalhos, bem como um breve enunciado da estratégia de gestão dos riscos para a fase de implementação de resultados. O interesse dos participantes no Seminário pelo projeto suscitou a realização de uma sessão paralela para um debate mais detalhado sobre alguns conceitos estruturantes do projeto.

Por último, regista-se o facto de, à margem do evento, ter sido assinado um Acordo de Cooperação Científica e Cultural, entre a Direção-Geral de Arquivos e o Arquivo Nacional do Brasil, visando a execução conjunta de programas e projetos e o intercâmbio em assuntos culturais, científicos e tecnológicos.

Ao acordo em referência, foi assinado o termo aditivo n.º 1, tendo em vista uma parceria relativa à preservação digital.

Cecília Henriques

TÉCNICA SUPERIOR DE DSAAT

CITRA – Conferência Internacional da Mesa Redonda dos Arquivos ■

TOLEDO – 2011

A 43.ª CONFERÊNCIA INTERNACIONAL da Mesa Redonda dos Arquivos – CITRA vai decorrer em Toledo, Espanha, de 24 a 28 de outubro de 2011.

As CITRAS são, depois dos Congressos do CIA com periodicidade quadrienal, as reuniões mais importantes de âmbito mundial, sobre Arquivos e sobre as problemáticas deles decorrentes. A sua periodicidade é anual, excetuando os anos em que se realizam Congressos.

A *Salvaguarda dos Arquivos no mundo da Informática: a conservação de arquivos do Século XXI* é o tema da CITRA 2011, que conjuga várias sessões paralelas e abordagens diversificadas, enquadradas no tema geral. Para mais informações consultar o sitio Web <http://citratoledo2011.mcu.es>.

A Direção Geral de Arquivos, na pessoa do seu Diretor, foi convidada a participar com a apresentação

de uma comunicação, cujo título: *Cooperação arquivística internacional em espaço lusófono: problemas e desafios*, é um tema que se reveste do maior interesse, até pela presença dos responsáveis dos Arquivos Nacionais do Mundo Lusófono. Neste âmbito, apraz-nos registar a cooperação mantida entre Portugal e Brasil na área dos arquivos, considerada já um modelo de excelência a adotar.

Portugal estará representado nas Assembleias Gerais promovidas por dois dos ramos regionais do CIA, a saber: EURBICA – ramo regional para os países europeus e ALA – ramo regional para os países da América Latina e ainda nos Fórum dos Arquivos Nacionais, promovido pelo CIA, com o objetivo de dialogar sobre assuntos de interesse comum.

A 28 de outubro decorrerá a Assembleia Geral do CIA – Conselho Internacional de Arquivos, em que

Portugal, através da DGARQ, participará como membro da Classe A.

A Presidência da ALA pretende colocar à discussão a tradução feita para espanhol e para português do documento produzido pelo CIA, *Princípios de Acesso aos Arquivos*.

Da agenda de trabalhos da Assembleia Geral do CIA, fazem parte entre outros os seguintes assuntos: preparação do próximo Congresso Internacional, que se realizará em Brisbane, na Austrália, de 20 a 25 de agosto de 2012; recomendações para a CITRA de 2013 (pós-Congresso) e a seleção dos locais, onde se realizarão a CITRA de 2014 e o Congresso de 2016, bem como debate e votação sobre alteração de algumas cláusulas dos estatutos do CIA, por forma a agilizar a sua gestão.

Maria de Lurdes Henriques

GABINETE DE RELAÇÕES EXTERNAS
E COOPERAÇÃO

Seminário – (r) evolução da informação pública: Preservar, certificar e acessibilizar ■

A DIREÇÃO-GERAL DE ARQUIVOS VAI REALIZAR a 7 e 8 de novembro o Seminário (r) *evolução da informação pública: preservar, certificar e acessibilizar*, que contempla a abordagem de questões decorrentes das iniciativas desenvolvidas no âmbito do Governo Eletrónico e da reforma da Administração Pública tais como: digitalização de documentação de arquivo; desmaterialização de processos; certificação digital e segurança eletrónica; soluções de preservação digital; interoperabilidade semântica e técnica.

Decorrente do novo *modus operandi*, assente nas tecnologias da informação, como principal suporte da produção, gestão e armazenamento dos vários tipos de informação pública em permanente evolução, a Direção

Geral de Arquivos, enquanto órgão coordenador do sistema nacional de arquivos, tem vindo a promover iniciativas de sensibilização, junto dos diversos atores envolvidos nos diferentes processos, alertando para a problemática emergente da rápida obsolescência tecnológica e da conseqüente necessidade de utilização a médio e longo prazo de informação dependente de sistemas intermediários, mas também para o desafio da sua partilha e reutilização entre organismos públicos.

Para mais informação, queira consultar <http://dgarq.gov.pt/noticias/seminario-revolucao-da-informacao-publica-preservar-certificar-e-acessibilizar/>

As inscrições estão abertas até 30 de outubro. ◇

Visitas e Visitantes: análise preliminar ■

AS VISITAS GUIADAS AO ARQUIVO Nacional da Torre do Tombo têm constituído uma constante diária e fazem parte do plano estratégico da instituição.

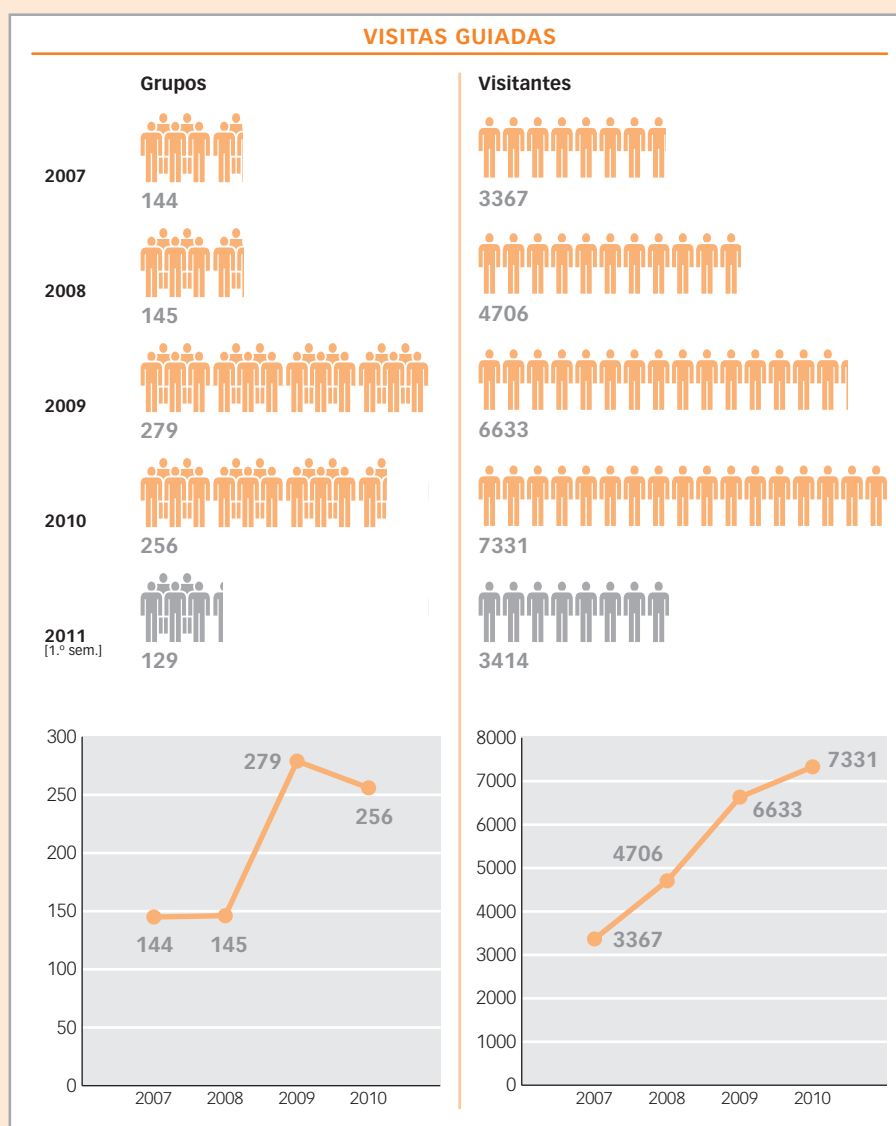
Dar a conhecer o nosso Património documental, mas, acima de tudo, valorizá-lo nas suas múltiplas valências: sociais, económicas, políticas, religiosas, científicas, artísticas, históricas e sobretudo de cidadania, tem sido um dos grandes objetivos do ANTT.

O conhecimento dos direitos e deveres do cidadão, na perspetiva dos arquivos, tem sido a grande aposta do Serviço Educativo do ANTT. O cidadão tem o dever de respeitar e preservar os documentos de arquivo, mas, tem também o direito de conhecer as funções de um arquivo e de saber que estes constituem a defesa dos seus próprios direitos, enquanto cidadão, integrado numa sociedade, num país e num tempo histórico.

O trabalho desenvolvido, no sentido da sensibilização do público para a valorização do património documental do ANTT, tem sido estruturado em duas vertentes:

1. Dinamização das visitas escolares, abrangendo diferentes níveis etários e de ensino, através de uma oferta temática diversificada e integrada nos planos curriculares;
2. Realização de exposições e/ou mostras documentais, em permanência, direcionadas para fins didático-pedagógicos, mediando-as para diferentes públicos, por forma a aproximá-los do Arquivo, dando-lhes a conhecer o seu património e promovendo a educação para a cidadania.

Consultar a página do Serviço Educativo em <http://dgarq.gov.pt/>



*cooperacao-e-relacoes-externas/
servico-educativo/.*

Para uma melhor avaliação do trabalho desenvolvido nesta área, apresentamos o gráfico sobre a evolução das visitas e visitantes de 2007 aos nossos dias.

Pese embora as crescentes limitações na concretização de visitas de estudo por parte das escolas, o aumento que se tem verificado é o resultado de uma oferta temática consistente e diversificada, articulada com os currículos escolares e também do reconhecimento, por parte das instituições de ensino, da qualidade

didático-pedagógica das visitas realizadas, nos diversos níveis, do 1.º ciclo do ensino básico ao universitário, não descurando os grupos seniores.

Contudo, os dados estatísticos que se apresentam, os únicos de que atualmente dispomos, não são para nós o mais significativo. Objetivamente, o que mais nos estimula e motiva são os resultados qualitativos, mensuráveis a médio/longo prazo, e que se traduzirão numa sociedade mais justa e esclarecida.

Maria de Lurdes Henriques
COORDENADORA DO GREC

Os arquivos na Europa: publicação de conteúdos de arquivo na APENET ■

NO PASSADO DIA 26 DE JULHO, no edifício do Arquivo Nacional da Torre do Tombo, realizou-se a primeira, de um conjunto de três sessões, iniciativa da Direção-Geral de Arquivos (DGARQ) subordinada ao tema *Os arquivos na Europa: publicação de conteúdos de arquivo na APENET*. As outras duas sessões terão lugar em Faro e no Porto, a 21 e 27 de outubro, respetivamente.

Estes encontros, vocacionados para arquivistas e profissionais que desempenham funções em instituições de arquivo, têm como objetivo divulgar e promover o debate sobre a agregação e a disponibilização de conteúdos de arquivo através de redes e portais nacionais e internacionais: Rede Portuguesa de Arquivos (<http://www.arquivos.pt>) e Portal Português de Arquivos (<http://portal.arquivos.pt>), APENet – Portal Europeu de Arquivos (www.apenet.eu), EUROPEANA (www.europeana.eu).

A temática assume uma atualidade tanto maior, quanto se encontra em curso o debate sobre o *Content providers agreement*, no âmbito do *Portal Europeu de Arquivos*, e o *Data Exchange Agreement*, proposto pela EUROPEANA, que visam estabelecer as cláusulas contratuais para o fornecimento de metainformação por parte da comunidade de detentores de conteúdos que desejem aderir àquelas estruturas.

A sessão iniciou-se com o ponto de situação elaborado pela DGARQ, suportado por apresentações já disponibilizadas no sítio Web da DGARQ (<http://dgarq.gov.pt/noticias>), ao qual se seguiu um debate



centrado fundamentalmente, nas seguintes questões:

- Agregadores de conteúdos;
- Política de criação de agregadores de conteúdos;
- Requisitos e condições de adesão – PPA, APENet, Europeia –, com principal destaque para:
 - Direitos sobre a metainformação e o *preview* das imagens fornecidas;
 - Reutilização comercial da metainformação fornecida;
 - Destino da metainformação fornecida, em caso de cancelamento da adesão.
- Modelo de negócio a adotar por parte das instituições culturais e

potenciais fornecedoras de conteúdos, considerando aspetos como:

- Perfis dos utilizadores;
- Custos associados à disponibilização de conteúdos;
- Valor a atribuir aos conteúdos disponibilizados;
- Parcerias a estabelecer;
- Diversidade de interesses das partes envolvidas.

A DGARQ prevê a divulgação das conclusões, após a realização das sessões agendadas para outubro.

Lucília Runa

DIVISÃO DE APOIO EXTERNO
E NORMALIZAÇÃO

Nova câmara de desinfestação ■

NO ÂMBITO DA POLÍTICA DE CONTROLO DE AGENTES BIOLÓGICOS SEGUIDA no Arquivo Nacional Torre do Tombo, a Divisão de Conservação e Restauro – DCR tem vindo a implementar ações que visam diminuir o número de insetos que ciclicamente tendem a infestar os depósitos do ANTT.

Dos procedimentos preventivos a desenvolver destacam-se a monitorização da presença de insetos e a sua eliminação. Para o efeito, a DCR tem agido através da colocação de armadilhas nos depósitos e efetuado ações localizadas de desinfestação por anóxia, em câmara própria para expurgo.

Sabendo que, o recurso a desinfestações químicas além dos efeitos nocivos para o meio ambiente e pessoas, não resolve eficazmente este problema, podemos considerar que a desinfestação por anoxia é a forma mais adequada de erradicar infestações em bens culturais, eliminando eficazmente os insetos em qualquer estágio de evolução, sem produção de resíduos tóxicos nem emissões poluentes, através da criação de uma atmosfera controlada, com baixo teor de oxigénio, utilizando gás inerte.

A câmara de desinfestação, existente no ANTT desde 1991, funcionava inicialmente com a utilização de químicos. A partir de 1997 foi adaptada para trabalhar com gases inertes, no entanto a sua capacidade de 1,6m³ sempre se revelou manifestamente insuficiente para responder às necessidades do Arquivo Nacional.

Neste contexto e no sentido de minimizar as consequências e efetuar um controlo de pragas eficaz, empenhou-se a Direção da DGARQ e a DCR do Arquivo Nacional, na aquisição de mais uma câmara de desinfestação, de maiores dimensões, a colocar em zona próxima da já existente para dar resposta, nomeadamente ao volume de documentação a incorporar no ANTT e também aos documentos identificados como infestados nos depósitos da Torre do Tombo. A proposta de aquisição deste equipamento incluía também um gerador de azoto, gás inerte utilizado para abastecer as duas câmaras, evitando assim a dependência do fornecimento por empresas externas.

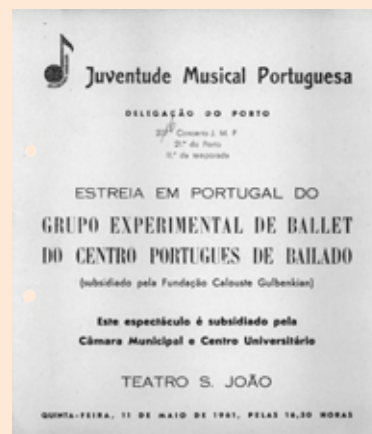
No dia 3 de agosto de 2011 foi «inaugurada» a nova câmara, com capacidade de 6m³, correspondendo a cerca de 100 a 120 metros lineares de documentos. Com este novo equipamento prevê-se a desinfestação gradual e progressiva da documentação armazenada nos depósitos.

O novo plano de ação a implementar, numa abordagem de combate às pragas infestantes, será orientado para a prevenção de focos de infestação ativos e potenciais, visando criar um processo que integra a eliminação dos insetos infestantes, a preservação da documentação, o impacto ambiental, a segurança e a acessibilidade aos documentos após a desinfestação.

A par do processo de desinfestação que será implementado sistematicamente nos depósitos, serão definidos procedimentos de controlo de riscos, nomeadamente na prevenção de re-infestações, mantendo-se contudo o regular funcionamento da Instituição em termos de acesso à documentação tratada.

Teresa Catarina Figueiredo

DIVISÃO DE CONSERVAÇÃO E RESTAURO



Prova tipográfica de Programa da Delegação do Porto da Juventude Musical Portuguesa, anunciando a estreia em Portugal do Grupo Experimental de Ballet do Centro Português de Bailado, 11 de Maio de 1961, Arquivo da Juventude Musical Portuguesa.

Juventude Musical Portuguesa ■

FOI TRANSFERIDO DA BIBLIOTECA Nacional de Portugal para o Arquivo Nacional da Torre do Tombo, em 18 de maio de 2011, o arquivo da Juventude Musical Portuguesa.

A Juventude Musical Portuguesa é uma instituição de cariz cultural, de âmbito nacional (com delegações na Covilhã e no Porto), criada em 1948 e que teve como fundadores personalidades de maior relevo da vida musical e cultural portuguesa (nomeadamente, Humberto d'Ávila, Joly Braga Santos, João de Freitas Branco, Luís de Freitas Branco, Pedro de Freitas Branco, entre outros).

O arquivo da Juventude Musical Portuguesa é composto por c. 310 pastas, por fichas e ficheiros de sócios (8 ml) e por 1 ml de documentação, com datas extremas compreendidas entre 1948 e 1981, contendo correspondência, documentação contabilística e documentação relativa a congressos e programas de iniciativas da Juventude Musical Portuguesa, entre outra.

A documentação, que não se encontra descrita, foi entregue à Biblioteca Nacional de Portugal pelo Instituto Português de Museus, em 1996. ◇

AGENDA

Exposições



A Rota do Vinho do Porto

DE 15 DE OUTUBRO
A 4 DE DEZEMBRO

Belíssima seleção de platinotípias (processo fotográfico alternativo complexo usado por artistas de renome durante o início do século XX), da autoria de José Miguel Ferreira, realizadas entre 2008 e 2010, que retratam o Douro e o Porto. ◇



© JOSÉ MIGUEL FERREIRA

Centro Português de Fotografia/Direção-Geral de Arquivos – Edifício da Cadeia da Relação do Porto · Campo Mártires da Pátria, 4050-368 Porto Portugal
Tel. +351 222 076 310 · Fax. +351 222 076 311 · mail@cpf.dgarq.gov.pt · www.cpf.pt · www.facebook.com/CPF.DGARQ twitter.com/CPF_DGARQ
Horário: 3.ª a 6.ª das 10h00 às 12h30 e das 15h00 às 18h00 · Sábados, Domingos e Feriados das 15h00 às 19h00 **Entrada Livre**



DIONISIVS REX: *documentos de D. Dinis na Torre do Tombo*

DE 10 DE OUTUBRO A 31 DE DEZEMBRO

Exposição integrada nas comemorações do 750.º aniversário do nascimento de D. Dinis (1261-2011) resultante da colaboração entre a DGARQ e a Direção Regional de Cultura de Lisboa e Vale do Tejo, aberta ao público na sala de exposições do Arquivo Nacional da Torre do Tombo. ◇

Arquivo Nacional da Torre do Tombo – Direção Geral de Arquivos – Alameda da Universidade, 1649-010 Lisboa · Tel.: 217 811 500 · Fax 217 937 230 · grec@dgarq.gov.pt
www.dgarq.gov.pt · Horário: 2.ª a 6.ª das 10h00 às 19h30 · Sábados das 9h30 às 12h30
Entrada livre

Testamento de D. Dinis 8-04-1299
ANTT, Gavetas, Gav. 16, mc. 1, n.º 20

